

Moradia e condução

absorvem salários

Em Ceilândia não há indústrias, embora haja mais de 500 estabelecimentos comerciais, quase todos construídos em madeira e em lotes destinados à habitação. Por esta razão, os trabalhadores são obrigados a tomar uma ou duas conduções para chegar ao Plano Piloto, o que, além de perda de tempo em ônibus sempre lotados (no mínimo uma hora), representa um gasto mensal de quase metade do salário mínimo.

Como a autoconstrução é cada vez mais intensa em Ceilândia, surgiram algumas lojas e indústrias de material de construção, cujos métodos para vender seus materiais não são os mais corretos.

Exploram o povo de tudo quanto é maneira, lamenta-se a assistente social

Maria de Lourdes, muito admirada pelos moradores e que exerce o cargo de administradora da cidade.

Segundo ela, uma firma construtora chegou até a ameaçar os moradores:

os que não construissem muros seriam "postos na rua".

O fato tomou tais proporções que foi obrigada a proibir a construção de muros.

A falta de água também tem sido utilizada para exploração do "pobre contra pobre", pois os carroceiros enchem tonéis de água nas caixas públicas e vão vender a Cr\$ 30,00 nas quadras distantes.

É o pior — declarou — é que muitas vezes vendem água em barris de querosene sujos e causam doenças na população.

Sua atuação moralizante tem de se dirigir também às

firms contratadas para trazer água em caminhões, cujos motoristas "recebem gorjetas para dar água".

A ESPERANÇA

No cenário triste de Ceilândia, a figura de Maria de Lourdes surge como uma

força dinâmica que utiliza todo o vigor de seus 31 anos e todos seus conhecimentos de assistente social para transformar Ceilândia em

um modelo de desenvolvimento comunitário. Ela acompanha a população da

Ceilândia desde os tempos do IAPI e é esta vivência prática que lhe tem dado

mais informações para seus trabalhos do que os ensina-

mentos da Universidade de Brasília.

As oito horas da manhã

ela já está no seu gabinete

— uma loja improvisada —

onde permanece até à noite.

Aos sábados e domingos

participa de várias reuniões

comunitárias, concursos de

música, mutirões, festas,

inaugurações. Seus laços

afetivos com a população

são fortes. Por isto ela acei-

tou ser administradora

quando, no ano passado,

Ceilândia deixou de ser um

bairro de Taguatinga para

tornar-se uma subadminis-

tração. Na ocasião sua indi-

cação foi muito comentada

em Brasília, onde os ho-

mens se impressionavam

com a coragem e duvidavam

da capacidade de uma mu-

lher para governar uma das

cidades "mais perigosas"

do Distrito Federal.

"Eu tenho um compromis-

so com esta gente, e se per-

ceber que sendo governa-

dor do Distrito Federal po-

deria ajudá-los melhor,

pensaria até em aceitar um

cargo desses."

PODER LIMITADO

A população confia em Ma-

ria de Lourdes, embora mui-

tos percebam que seu poder

é bastante limitado. A libe-

ração de verbas depende do

governo do Distrito Federal

e segue os lentos trâmites

da burocracia. Os trabalhos

de infra-estrutura são de

responsabilidade de órgãos

e secretarias do governo.

Muitos moradores de Cei-

lândia não entendem essa

problemática e vão ao gabi-

nete de Maria de Lourdes —

cujas portas estão sempre

abertas — exigir coisas, tais

como "ligar a água já".

Outros procuram a admi-

nistradora para saber que

nome darão ao filho, qual a

cor que deve ter a pintura

da sua casa ou, então, para

lhe oferecer uma rosa, "a pri-

meira que brotou no jar-

dim". Ela recebe todos com

paciência, procurando fa-

zer com que assumam suas

vidas e suas decisões. Mari-

á de Lourdes só se irrita com a

imprensa, sempre pronta a

divulgar qualquer crime

que acontece em Ceilândia:

"Eles exageram e atrapa-

lharam ainda mais a vida

deste povo, que no entanto é

muito bom. Hoje a popula-

ção é constantemente dis-

criminada. Quando dizem

que são da Ceilândia, não

conseguem nem mesmo um

emprego."